



Ministra da Educação e Desenvolvimento Humano encoraja parcerias com universidades

A ministra da Educação e Desenvolvimento Humano, Carmelita Namashulua, defendeu que a firmação de parcerias com as universidades nacionais constitui uma prova inequívoca de que a educação em Moçambique é uma tarefa de todos moçambicanos, independentemente da sua posição social, política e económica.



Carmelita Namashulua falava, recentemente, no distrito de Gondola, na província central de Manica, depois de ter firmado, em separado, Memorandos de Entendimento (MdE) com as quatro novas universidades resultantes da reestruturação da Universidade Pedagógica de Moçambique, nomeadamente a

UniRovuma, UniLicungo, UniPúnguè e a UniSave.

A ministra acrescentou que o acto, decorrido à margem do Conselho Coordenador do MINEDH, resulta dos esforços que esta instituição empreende na busca de formas de colaboração com as entidades de ensino superior, visando a melhoria da qualidade de instrução a todos níveis no País.

Este acontecimento é o culminar do processo de busca de uma maior colaboração entre as nossas instituições e ocorre num dia especial para a família da educação, porque coincide com a realização do Conselho Coordenador, o qual, uma vez mais, procura mecanismos para melhorarmos o nosso Sistema Nacional de

Educação (SNE), explicou a ministra.

Para Carmelita Namashulua, as universidades não podem estar alheias a estes esforços, porque são elas que produzem quadros para diferentes áreas, designadamente, produtivas, educativas e de pesquisa, sendo a transmissão de conhecimentos de qualidade uma premissa que leve, igualmente, às comunidades um ensino de qualidade.

Rubricaram os memorandos, separadamente, os Magníficos reitores da UniRovuma, Prof. Doutor Mário Jorge Brito dos Santos, da UniLicungo, Prof. Doutor Boaventura Aleixo, da UniPúnguè, Prof. Catedrática Emília Nhalevilo, e, finalmente, da UniSave, Prof. Doutor Manuel José de Moraes.

Com a Universidade Rovuma o MINEDH estabelece, doravante, relações de cooperação nos domínios académico, tecnológico, desenvolvimento curricular, pesquisa, inovação e extensão, supervisão pedagógica, formação e capacitação de professores, formadores e gestores das instituições de ensino e formação

de professores, no contexto do alinhamento do SNE.

O mesmo visa, ainda, harmonizar a actuação das partes na materialização do Sistema Nacional de Educação, na componente dos subsistemas de educação pré-escolar, educação geral, de adultos e formação de professores.

A coordenação do MdE e de outras formas de operacionalização a serem adoptadas estará a cargo de uma Comissão de Coordenação Conjunta, sendo que pelo MINEDH será a Unidade Orgânica que superintende a área de formação de professores e pela UniRovuma a Direcção de Graduação.

Temos potencial humano à vossa disposição

Falando após rubricar o MdE por parte da UniRovuma, o Magnífico reitor afirmou que este representa a renovação do compromisso da instituição que dirige na prossecução dos seus ideais virados ao ensino, pesquisa e extensão, por um lado, e, por outro, à formação de quadros que transmitam conhecimentos com a

qualidade desejada, para o crescimento do País.

Queremos pôr à vossa disposição todo o potencial humano, técnico e administrativo para juntos respondermos as necessidades das nossas instituições, garantiu o Prof. Doutor Mário Jorge Brito dos Santos.

Para materializar isso, acrescentou Brito dos Santos, **temos pouco mais de 70 doutorados, 400 mestres, muitos destes especializados em várias universidades do mundo e são da área de Educação, Psicologia, Física, Matemática, Química, entre outras.**

Apesar deste número encorajador de quadros especializados, **os seus conhecimentos ficam estagnados nas estantes das nossas bibliotecas, por isso propomos a criação de um sector que possa catalogar as obras, sistematizá-las em grupos de especialidade e fazermos a transferência de conhecimento.**

FICHA TÉCNICA

UNIVERSIDADE ROVUMA – GABINETE DE COMUNICAÇÃO E COOPERAÇÃO

Av. Josina Machel nº256, Caixa Postal 544, Telefax: 26215738, e-mail: gcc@unirovuma.ac.mz | Nampula-Moçambique

Coordenador: António Pereira | **Editor:** Vasco da Gama | **Grafismo e Maquetização:** Bruno Gamito

Nampula: Vasco da Gama, Leonel Quenala, Helga António e Alzira Giramo

Extensão de Cabo Delgado: Diamantino Wahon

Extensão do Niassa: Tanilsa Murriane e Geraldina Gueze

Periodicidade: Mensal | **Propriedade:** Universidade Rovuma (UniRovuma)

Boletim Informativo publicado sob dispensa de registo do GABINFO

Reitores das novas Universidades renovam apelo de cooperação para crescimento colectivo

Os Magníficos reitores das novas quatro Universidades criadas há três anos renovaram os seus apelos para mais cooperação e colaboração com vista ao crescimento das suas instituições, porque só juntas poderão alcançar os seus objectivos.



O apelo foi feito no final do III Encontro dos Reitores das novas Universidades saídas da reestruturação da antiga Universidade Pedagógica de Moçambique, realizado na primeira semana do mês de Agosto, na cidade de Chimoio, a capital da província central de Manica.

As novas instituições de ensino superior são, nomeadamente, as Universidades Rovuma (UniRovuma), Licungo (UniLicungo), Púnguè (UniPúnguè) e Save (UniSave).

Falando no final da reunião, que desta vez juntou todos os reitores

e seus vices, a Magnífica reitora da UniPúnguè, anfitriã do encontro, Prof. Catedrática Emília Afonso Nhalevilo, disse que **é com espírito de cooperação e muita humildade que chegaremos longe e consolidados para servirmos os nossos concidadãos.**

Por aquilo que aqui deixamos expresso, nós todos queremos ir e chegar longe, daí a importância desta nossa colaboração, acrescentou a Prof. Emília Nhalevilo, sublinhando o facto de, como ilustrativo dessa colaboração e cooperação, ser a primeira vez que no encontro

participam todos os quatro Magníficos reitores e Vice-reitores. O encontro, segundo a reitora da Universidade Púnguè (UniPúnguè), visou buscar, uma vez mais, sinergias para fazer face aos desafios que se impõem às instituições de ensino superior no País, em geral e, em particular, às novas, desafios esses de ordem política, social e económica.

Para a Prof^a. Nhalevilo, as quatro Universidades possuem estruturas específicas diferentes, mas com muita similaridade em vários aspectos, sendo um dos exemplos disso os respectivos estatutos através dos quais se guiam.

O Magnífico reitor da Universidade Rovuma (UniRovuma), Prof. Doutor Mário Jorge Brito dos Santos, por sua vez, considerou o encontro como **um excelente ambiente para discussão franca e acesa**, e que permitiu que os presentes saíssem do mesmo com **uma aprendizagem mais robusta**.

Estamos cientes de que nos vamos orientar mais para acções conjuntas que nos levem a aumentar o nosso conhecimento com vista ao nosso crescimento, em geral, e da região em que nos encontramos inseridos, em particular, sublinhou o Prof. Brito dos Santos.

Por outro lado, o Magnífico reitor da Universidade Licungo (UniLicungo), Prof. Doutor Boaventura José Aleixo, sustentou que as Universidades devem ser persistentes na procura de respostas aos problemas que as apoquentam, por parte da instituição tutelar.

Temos que ser persistentes apesar de as nossas lamentações estarem a ter respostas muito lentas, acrescentou o Prof. Boaventura Aleixo.

Sáímos daqui mais preparados

e convictos para continuarmos a andar firmes, pois queremos instituições sólidas e robustas, observou o reitor da UniLicungo, acrescentando que **os processos são dinâmicos, ninguém está estático porque as coisas estão a correr; as nossas Universidades devem andar para frente para que o País e as regiões onde elas estão inseridas se desenvolvam**.

Já o Magnífico reitor da Universidade Save (UniSave) e o mais velho do grupo, Prof. Doutor Manuel José de Moraes, precisou que a reunião mostrou que as novas instituições de ensino superior continuam a ser **uma família**, cada uma seguindo o seu caminho para registar a sua marca, mas engajada nos mesmos objectivos colectivos.

Regressamos às nossas Universidades com uma bagagem considerável de experiência, o que esperamos aumentá-la quando nos encontrarmos daqui há um ano na Universidade Save, rematou o Prof. Manuel de Moraes.

Os quatro grupos de trabalho constituídos discutiram, com mais relevância, os pontos que as Universidades usam como seus cavalos de batalha, nomeadamente, a governança

universitária, a edificação e apetrechamento de infraestruturas, a gestão financeira e, por último, a gestão administrativa.

Os condimentos do encontro

A terceira reunião dos reitores ficou particularmente marcada, como nos referimos acima, por participarem nela, pela primeira vez, todos os chefes e seus vices.

O que nos prendeu mais atenção foi a parte reservada à componente social, isto é, o jantar servido pela Universidade anfitriã, a UniPúnguè, rico e esplêndido, mas aquela que diz respeito ao assalto ao espaço reservado à dança por parte dos reitores e seus vices.

Em círculo, cada um dançava à sua maneira, com passos por si ensaiados, ao som dos diferentes ritmos musicais proporcionados por um Disc Jockey (DJ) de ocasião.

O que ficou patente é que os reitores e vices mostraram que não apenas vivem de despachos e preocupações em pôr as suas instituições a caminhar para frente, mas também conhecem as batidas musicais em voga.

Sintomas Covid 19



FEBRE
ALTA



TOSSE



DOR DE
GARGANTA



DOR DE
CABEÇA

Parceiros de Acção Humanitária reiteram apelo para o envolvimento de todos na ajuda aos carentes

Parceiros envolvidos na Acção Social e Responsabilidade Social reiteram o seu apelo para mais intervenção em actos sociais para se inverter a actual situação de pobreza que apoquentam milhares de moçambicanos, devido à constantes crises naturais e humanas que têm fustigado Moçambique de forma constante e cíclica.



O apelo foi reforçado no II Fórum sobre a Acção Humanitária e Responsabilidade Social, o qual decorreu na vila-sede do distrito de Inhassoro, na província de Inhambane, no passado dia 5 de Agosto, o qual foi promovido pela UniRovuma em parceria com a Rádio Moçambique (RM) e a Associação Luta Contra a Pobreza, uma agremiação moçambicana de carácter social.

O primeiro Fórum foi realizado em Abril do corrente ano na cidade de Nampula, e o tempo que separa daquele e o realizado em Inhassoro, precisamente quatro meses, demonstra que é maior a preocupação para ajudar pessoas afectadas pelas diferentes calamidades naturais.

Desta vez foi escolhida a província de Inhambane, a qual, à semelhança de outras regiões do País, tem sofrido efeitos extremos de mudanças climáticas e, recentemente, os provocados pelo homem, tal é o caso do terrorismo na província nortenha de Cabo Delgado.

Desfilaram, na ocasião, discursos e apresentações abordando diversas temáticas que gravitam em torno de catástrofes naturais, acções que concorrem para isso, propostas para sua prevenção e solução, comprometimentos, entre outras. Seguindo a nossa linha da edição anterior no I Fórum de Acção Humanitária e Responsabilidade Social, destacamos, abaixo, as narrativas discursivas dos principais parceiros desta

empreitada, tendente a minorar o sofrimento dos moçambicanos.

É uma brilhante iniciativa

- Governador de Inhambane, Daniel Francisco Chapo

É uma honra e privilégio estar aqui, hoje, na abertura do II Fórum sobre Acção Humanitária e Responsabilidade Social em Moçambique.

Quero, em nome do Conselho Executivo Provincial de Inhambane e em meu nome próprio, agradecer ao Magnífico Reitor da UniRovuma, Prof. Doutor Mário Jorge Caetano Brito dos Santos, em primeiro, por ter sido eleita a nossa Província de Inhambane, concretamente o distrito turístico de Inhassoro,

para acolher o II Fórum da Acção Social e Responsabilidade Social. Agradecemos, igualmente, a todos aqui presentes, em especial a senhora Albertina Pascoal, a Rádio Moçambique, a Associação Luta Contra a Pobreza e a UniSave (Universidade Save), por se juntarem a causas humanitárias com vista a ajudar vários concidadãos que perdem, a cada dia, um pouco de tudo, devido à vários fenómenos, sejam eles naturais e outros causados pelos conflitos armados, como está a acontecer em Cabo Delgado, e que essas mesmas pessoas necessitam de amparo de todos nós.

É por estas e outras razões que aceitamos estar aqui, hoje, juntos com os implementadores desta brilhante iniciativa virada às causas sociais. Reconhecemos, igualmente, o papel das empresas e do sector privado como importantes actores e agentes nos processos de criação de riqueza e promoção do crescimento económico. Por isso, chamamos a se juntarem à causa com vista a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade onde estão inseridas, melhorando, de certa forma, a sua actuação no âmbito da responsabilidade social corporativa.

Como é sabido, nos últimos anos a nossa província tem vindo a receber alguns deslocados do terrorismo na zona norte do País, concretamente de Cabo Delgado e Niassa, o que na maioria das vezes chega a causar consequências sociais, económicas e a criar

problemas de fome e insegurança alimentar, daí que os acolhemos através do Instituto de Gestão de Desastres (INGD).

Esperamos que com a realização do Fórum sejam reflectidos os desafios actuais do nosso País no processo de promoção da cooperação e coordenação dos diferentes sectores de actividade no âmbito da acção humanitária e responsabilidade social; propiciada a troca de experiências entre especialistas da ciência e da prática, a sociedade civil e os diferentes actores envolvidos nos processos de responsabilidade social; assim como promover discussões sobre a relevância da acção humanitária no contexto dos desafios do momento.

Vamos continuar a trabalhar conjuntamente para o combate à fome e à pobreza, contra a mendicidade, que são algumas das causas provocadas por fenómenos naturais e pelo terrorismo no norte do País.

A terminar, quero, mais uma vez, apelar a todos para continuarmos unidos em prol das causas humanitárias e responsabilidade social, com vista a servir melhor ao próximo, que necessita da nossa ajuda, como se tem dito **o pouco com Deus é muito.**

Promovamos mais acções em defesa dos que sofrem

- Magnífico reitor da UniRovuma, Prof. Doutor Mário Jorge Brito dos Santos

Gostaria de começar por cumprimentar a todos aqui presentes, em nome da

comunidade da UniRovuma e em meu próprio, bem como manifestar a minha grande satisfação por estarmos hoje a realizar o II Fórum de Acção Humanitária e Responsabilidade Social.

Como já havia referido no primeiro Fórum, este movimento em prol da Acção Humanitária e da Responsabilidade Social visa responder ao contexto desafiante que o nosso País enfrenta, que se manifesta por crises consecutivas, de origem natural e humana. De facto, dados mostram que Moçambique é um dos países mais vulneráveis a eventos climáticos extremos e a desastres naturais, no mundo e, particularmente, em África.

Assim como os dados nos indicam, uma recorrente tendência para o regresso a conflitos armados, desde o passado sombrio da época colonial. Estas vulnerabilidades têm tido, sem margens de dúvidas, impactos desastrosos nas vidas dos nossos concidadãos.

Este contexto desafiante e de vulnerabilidade tem levado a Universidade Rovuma a firmar parcerias que a ajudem a intervir nas áreas de Acção Humanitária e de Responsabilidade Social.

Refiro-me, neste caso, à parceria com Universidades africanas e europeias, no âmbito do projecto internacional intitulado “Acção Humanitária”, que visa melhorar as capacidades de intervenção destas instituições na área de Acção Humanitária e a profissionalização deste sector.



Refiro-me, também, à parceria com a Rádio Moçambique e com a Associação Luta Contra a Pobreza, com vista a promovermos, através da rádio, a disseminação de conteúdos sobre a Acção Humanitária e Responsabilidade Social em Moçambique. Este II Fórum está a mostrar que esta temática é do interesse de todos os actores comprometidos com a criação do bem-estar do nosso povo. Mas, também, este Fórum oferece conteúdos para engrandecer o movimento e despertar em todos nós a consciência da humanidade, da solidariedade, da cidadania activa e participativa em causas sociais, bem como gerar mais acções em defesa dos que estão a sofrer.

É precisamente este comprometimento, que levou a nossa universidade gémea, a UniSave, a juntar-se a nós, para organizarmos este momento de aprofundamento e ampliação dos debates, das discussões e das reflexões desenvolvidas no I Fórum. Este mesmo comprometimento levou, também, o Governo de Moçambique, ao nível da Província de Inhambane e do Distrito de Inhassoro, o Complexo Turístico Seta e o Mystic Blue Lodge, a darem os seus valiosos contributos, como parceiros fortes e que tornaram este evento possível.

Imagino que todos aqui presentes reconheçam a necessidade de gerar movimentos e programas de Acção Humanitária e

Responsabilidade Social de forma mais coordenada e profissional, que, efectivamente, possam garantir o apoio de quem sofre. Imaginamos, também, que esta parceria possa criar mecanismos para recuperação económica, social e psicológica de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade.

Entretanto, isso começa pela criação de espaços de debates abertos e francos sobre questões pertinentes no âmbito da Acção Humanitária e Responsabilidade Social, como por exemplo: os papéis dos diversos actores da sociedade no âmbito da Acção Humanitária e da Responsabilidade

Social; como criarmos sinergias entre os diversos grupos da sociedade para resolvermos problemas da Acção Humanitária; como podemos aumentar as nossas capacidades técnicas e os nossos conhecimentos científicos nestes sectores relacionados com a Acção Humanitária; e a especialização dos meios, a formação das pessoas, as instituições, o planeamento, a sistematização da informação, o controlo das acções de intervenção e a avaliação do impacto dos programas sobre a mesma temática.

Deste modo, com a criação destes espaços de debates conseguiremos promover acções e assistências eficientes e eficazes às vítimas de desastres naturais, crises económicas, guerras, conflitos e pandemias.

Por isso, reunimos cá, em Inhassoro, os três painéis anotados na agenda desta conferência, que debruçar-se-ão sobre as temáticas basilares no contexto da Acção Humanitária e da Responsabilidade Social, onde a comunicação de abertura aborda *O Papel da Mulher no Contexto das Crises Humanitárias em Moçambique*.

É nossa esperança, que os temas que serão apresentados pelas diferentes personalidades que desfilarão neste palco suscitem questionamentos, ideias, acções concretas de todos os que estão cá presentes e dos que nos forem a acompanhar a partir de meios de comunicação diversos.

Neste contexto, tal como aconteceu no fórum anterior, esperamos deste evento a partilha de experiências, ideias, visões de futuro que ajudem às organizações e à sociedade, a olharmos a Acção Humanitária e Responsabilidade Social como funções obrigatórias de todos nós. Por isso, somos igualmente todos chamados a contribuir sem limites.

Para terminar, não poderia deixar de apresentar os nossos profundos agradecimentos aos nossos coorganizadores, parceiros, oradores, moderadores e participantes, por se juntarem a nós nesta nobre jornada a favor da Acção Humanitária e Responsabilidade Social. Desta forma, agradecemos, também, por nos terem recebido tão bem nesta maravilhosa terra de Inhassoro, na

qual, pela primeira vez, consegui tempo para pôr os meus pés.

As crises climáticas desafiam a Comunicação Social

- Abdul Naguibo, PCA da Rádio Moçambique

Ao aderir à parceria com a Associação Luta Contra Pobreza, através do programa radiofónico, *Solidariedade Moçambique, Juntos pela Responsabilidade Social*, a Rádio Moçambique expressa o seu indubitável e inequívoco compromisso com o bem-estar colectivo.

Trata-se de um programa abrangente, que conta com a colaboração do Governo Central, através do Ministério de Género, Criança e Acção Social, dos governos provinciais (com o envolvimento directo dos Governadores) e dos governos distritais, sob coordenação dos senhores Administradores, tendo como objectivo despertar a consciência dos moçambicanos e promover acções de solidariedade humana baseadas na responsabilidade social em Moçambique.

Posto isto, temos, hoje, a elevada honra de nos juntarmos a este Fórum, para dizermos algumas (singelas) palavras sobre nós, tomando como pretexto o tema *O Papel dos Órgãos de Comunicação Social em Tempos de Crise*, que nos foi sabiamente sugerido pela organização do evento. Mas, afinal, quem somos nós?

A Rádio Moçambique foi criada a 2 de Outubro de 1975, e transformada em empresa pública a 16 de Junho de 1994, tendo como objecto principal a prestação de serviço público de radiodifusão sonora. A Rádio Moçambique dispõe de uma rede de 11 emissores de Onda Média (em todas as capitais provinciais) e de cerca de 80 emissores de Frequência Modulada (FM), que retransmitem o sinal da Antena Nacional nas capitais provinciais e nas sedes distritais. O sinal da RM cobre, durante o dia, cerca de 85 por cento do território nacional e, à noite, praticamente todo o país.

A maior e mais antiga estação de radiodifusão sonora em Moçambique ultrapassa a barreira de analfabetismo, pois as suas emissões são feitas em 19 línguas moçambicanas de origem bantu, mais o Português e Inglês. Nos Emissores Provinciais, de uma média de 19 horas de emissão diária, 15 são dedicadas às línguas nacionais. Com a integração, em 2018, da RM no Sector Empresarial do Estado, ao abrigo da Lei nº 13/2018, de 19 de Junho, novos desafios foram impostos pelo IGEPE, que passam pelo aumento de receitas próprias e a contenção de despesas, para tornar a empresa sustentável e reduzir, gradualmente, a dependência das subvenções do Estado.

O Sector Empresarial do Estado é constituído pelo conjunto de unidades produtivas e comerciais do Estado, organizadas e geridas de forma empresarial, integrando

as empresas públicas e as exclusivas ou maioritariamente participadas pelo Estado. Neste âmbito, a RM, por ser uma entidade exclusivamente detida pelo Estado, é considerada uma empresa pública que prossegue objectivos estratégicos estruturantes do Estado, isto é, objectivos sociais.

No decurso das suas actividades visando a prossecução do objectivo estratégico e estruturante do Estado, a RM tem suportado uma série de gastos para garantir uma permanente e abrangente prestação do Serviço de Utilidade Pública, em todo o território nacional, fazendo jus ao plasmado no número 1, do artigo 48 da Constituição da República, sobre o Direito à Informação.

Ao proceder assim, a Rádio Moçambique-E.P. está, igualmente, a materializar o seu objecto fundamental previsto no artigo 3, dos seus Estatutos, nomeadamente, a prestação de serviço público de radiodifusão sonora, de carácter obrigatório e sem fins lucrativos, e que se materializa na provisão de informação, educação e entretenimento aos moçambicanos.

No contexto de consolidação de cidadania e do espírito patriótico, esta estação emissora tem desenvolvido várias iniciativas de educação cívica das comunidades sobre diversos temas do seu interesse, dentre os quais se destaca a participação política.

No entanto, a produção destes programas carece de avultados recursos, de que a empresa não dispõe. Como é do conhecimento geral, Moçambique prepara-se para realizar as Sextas Eleições Autárquicas (em 2023) e as Sétimas Gerais (em 2024) - dois momentos de extrema importância na consolidação dos processos democráticos no País.

Uma análise histórica dos processos eleitorais moçambicanos leva a privilegiar a hipótese de que a tendência dos eleitores se alhearem destes processos parece resultar, sobretudo, do facto de o sistema de representação se concentrar nos aparelhos partidários, criando um ambiente em que a maioria dos cidadãos não reconhece que a política e os políticos se ocupam dos assuntos que lhes interessam. Segundo Pasquino (2002), a participação política é o conjunto de actos e atitudes que aspiram a influenciar de forma mais ou menos directa, e mais ou menos legal, as decisões dos detentores do poder no sistema político ou em organizações políticas. E uma das formas de participação aceites e institucionalizadas é a votação. Infelizmente, a evolução da abstenção em Moçambique coloca um evidente problema de legitimidade aos partidos vencedores – uma situação pouco abonatória ao mérito com que os partidos ou coligações de partidos conquistam as suas vitórias. Para inverter este quadro, a RM considera muito oportuno e

pertinente dar Voz Activa ao cidadão, produzindo debates e radionovelas que reforcem os conhecimentos dos cidadãos, particularmente jovens, sobre a importância da sua participação em processos democráticos, considerando que estes constituem a maioria da população moçambicana - o principal alvo da acção governativa.

Nesta conformidade, queremos aproveitar a oportunidade concedida pelo II Fórum Sobre Acção Humanitária e Responsabilidade Social, que junta governantes, empresários e académicos de reconhecido mérito, para propor parcerias mutuamente vantajosas, no sentido de reforçar a capacidade da RM na produção de programas de Educação Cívica Eleitoral. As condições deficitárias em que a empresa funciona têm sido agravadas pela conjuntura internacional adversa e pelos impiedosos eventos climáticos que se têm abatido sobre o nosso território.

Quando o País vive momentos de crise, os profissionais de comunicação têm sido desafiados a conciliar uma dupla missão: a de cuidar de si próprios e a de cuidar dos outros. Por exemplo, sendo eles também vítimas das calamidades naturais, vezes sem conta, ficam desprovidos de abrigo e dos seus familiares. Porém, sem possibilidades de abandonarem a sua actividade.

Mesmo perante adversidades, são estes profissionais que assumem a responsabilidade de dar continuidade à sua nobre missão, disseminando mensagens de alerta às comunidades, para que se refugiem em lugares mais seguros, e apelando para uma urgente ajuda humanitária de que, aliás, eles próprios necessitam. Esta é, sem dúvidas, uma obra digna de registo!

Para realizar estas e outras actividades decorrentes da sua missão, a RM precisa de um orçamento à altura das suas necessidades. Por isso, temos uma enorme expectativa de celebrar alguns memorandos de entendimento a partir deste fórum! Como referimos antes, a Rádio Moçambique tem um grande potencial para gerar contrapartidas aliciantes aos parceiros, tendo em conta a sua ocupação territorial e uso massivo das línguas moçambicanas nas suas emissões.

Dito isto, terminamos por aqui a nossa intervenção, convidando os empresários e governantes a explorarem o gigantesco capital de que a Rádio Moçambique dispõe.

Vivemos numa sociedade desigual e discriminatória

- Denuncia Rabia Valigy, Presidente da Associação Luta Contra a Pobreza

Os meus agradecimentos por ter a permissão de participar por esta via ao evento, importante para a vida de quem mais precisa. Falar de projectos sociais em tempos de



crise, remete-me a ter de iniciar a minha dissertação, observando o conceito de sociedade no geral:

- A sociedade é um grupo de pessoas com interesses comuns, que se organizam em torno de uma actividade, obedecendo a determinadas normas e regulamentos, também se denomina sociedade, por exemplo, sociedade de amigos de boa vontade, como esperamos que assim seja.

Por outro, sociedade é uma relação ecológica que traz grandes benefícios, pois nela há divisão do trabalho e cooperação entre os membros do grupo. E assim tem sido, durante a preparação e realização dos nossos Fóruns de Acção Humanitária e Responsabilidade Social.

Mas, em que sociedade vivemos hoje?

É importante citar que vivemos numa sociedade marcada historicamente pela desigualdade e discriminação. A problemática educacional está directamente relacionada às contradições sociais. Os privilégios de alguns demandam a exclusão de muitos. A democratização da escola suscitou novas formas de exclusão, agora endógenas.

E esses paradigmas fazem-nos entender que, olhando para os vários conceitos de sociedade, nos tempos actuais é preciso se trabalhar, no sentido de se tornar claro e exequível o conceito de sociedade como um grupo de pessoas que compartilham valores culturais e éticos, num mesmo

regime sociocultural e económico, sob o mesmo território.

Nas sociedades, as pessoas se juntam para preservar a sobrevivência de uma colectividade. E isto justifica a nossa união e a realização do II Fórum sobre Acção Humanitária e a Responsabilidade Social, no distrito de Inhassoro, em Inhambane.

Mas, não basta apenas estarmos aqui. É importante que haja condições físicas, morais e materiais para levar avante iniciativas de género e observando o espírito de humanismo e de solidariedade. Mas, quem deve realizar acções de solidariedade em Moçambique?

Será que basta, apenas, se autointitular como uma organização social? Ou é preciso que ao ser de boa vontade com as causas sociais no seu País de origem, no caso de Moçambique, deve dar à quem precisa, em detrimento do aumento da sua própria pobreza?

Ora, se a Política de Acção Social é o conjunto de princípios e de acções de instituições públicas e privadas na provisão de assistência social a indivíduos, populações e grupos sociais, em situação de pobreza e de exclusão social, tendo em vista garantir o desenvolvimento harmonioso e integral de todos aqueles que não tem condições favoráveis para sobrevivência:

-Quais são os critérios à nível do nosso País que ditam tais normas, por exemplo, o apoio a

organizações, que tal como nós, trabalham em coordenação com as políticas sociais vigentes em Moçambique?

Bem, neste contexto, gostaríamos de agradecer a Rádio Moçambique - EP, que tem sabido se impôr às demandas do contexto actual de Moçambique e prover serviços sociais e humanitários, divulgando as políticas sociais moçambicanas, para o conhecimento público e garantir a promoção de debates com académicos, estudantes, sociedade civil e organizações sociais, sobre Acção Humanitária e Responsabilidade Social em Moçambique, nesta ocasião.

A Associação Luta Contra Pobreza, em parceria com a Rádio Moçambique, trabalha em consonância com as políticas sociais vigentes no país, sendo que no contexto moçambicano são definidas como prioridades de Acção Social. Aqui observa-se que todos os cidadãos têm direito à assistência em caso de incapacidade e de velhice. O Estado promove a criação de organismos que garantam o exercício deste direito.

Por isso, sendo o nosso foco o desenvolvimento das comunidades rurais moçambicanas, é imperioso que pessoas de boa vontade, tal como todos nós que estamos a participar neste II Fórum de Acção Humanitária e Responsabilidade Social, possamos encontrar soluções sobre: a) Como promover acções de apoio e protecção da criança, da pessoa portadora de

deficiência, do idoso e outros grupos em situação de vulnerabilidade, em tempos de crise, incluindo a mulher chefe de família; b) Como operacionalizar o sistema de serviços sociais para garantir a identificação, acompanhamento e apoio à pessoas em situação de vulnerabilidade, em tempos de crise, guerras, calamidades, etc; c) Como realizar acções de educação cívica das comunidades sobre o papel da família como garante da formação e transmissão de valores morais, sociais e culturais; (Este ponto, remete-nos à uma pesquisa séria e elaborada consoante a realidade das comunidades mais necessitadas, para evitar o aumento da vulnerabilidade nas comunidades mais necessitadas);

d) Como desenvolver acções de prevenção da violência doméstica e do abuso de menores; (Estes factos se agudizam em tempos de crises humanitárias, guerras, no caso o terrorismo, calamidades e pandemias);

e) Como promover a realização de acções de educação cívica das comunidades com vista a mudança de atitudes e a elevação da consciência dos indivíduos sobre os direitos da criança, das pessoas portadoras de deficiência, do idoso e da mulher. É preciso entender que não basta ser uma organização de renome, mas precisa prover serviços nas comunidades, com o conhecimento de causa. E é por isso que nos juntamos à Rádio Moçambique, para produzirmos conteúdos que reflectam as reais

necessidades das comunidades, trazendo à reflexão cidadãos que possuem domínio da matéria em alusão. E agradecemos, mais uma vez, a Rádio Moçambique e a UniRovuma e parceiros pela parceria, única e ímpar.

f) Como promover e orientar a realização de acções que garantam a igualdade e equidade do género em Moçambique, tendo em conta que a acção social, para Max Weber, pode ser dividida em quatro acções fundamentais: acção social racional com relação a fins, a valores, afectiva e, por último, tradicional. É aqui onde surgem os desafios para organizações sociais que trabalham sem fins lucrativos, tal como a nossa, a Associação Luta Contra Pobreza.

Nós acreditamos que em tempos de crise não basta alocar bens ou valores para quem necessita., mas o problema reside, também, no facto de que os doadores devem ser sensibilizados para participarem em matérias de pesquisa sobre os vários factores que inviabilizam o desenvolvimento comunitário em Moçambique. É por isso que para este II Fórum, convidamos alguns intervenientes, nesse sentido. À título de exemplo, o Complexo Turístico Seta, que aceita participar no II Fórum de Acção Humanitária e Responsabilidade Social, onde opera seus serviços, e demonstrou sensibilidade para, também, apoiar o nosso evento. Por isso é que estamos aqui reunidos. Então, peço uma salva de palmas para o Complexo Turístico

Seta, em nome do Sr. Cabrita. Mas também, os nossos parceiros não se limitam apenas nas organizações que mencionei.

Temos os nossos oradores, que se prontificaram a realizar as pesquisas, que irão acrescentar valor ao nosso II Fórum de Acção Humanitária e a Responsabilidade Social em Moçambique, desde Maputo, Nampula e Inhassoro.

À Editora Khanhissa que, no momento oportuno, se predispôs a apoiar o nosso evento de forma incondicional, vão os nossos sinceros agradecimentos. Por isso, peço igualmente uma salva de palmas para todos, e para a Prof. Doutora Benigna Zimba, uma mulher que tem vindo a trabalhar em pesquisas sobre a Mulher Pan Africana, olhando para as suas tradições e o seu enquadramento no mundo moderno. E hoje, traz os exemplos para o distrito de Inhassoro.

Soluções

No âmbito da nossa intervenção social nas comunidades, a Associação Luta Contra Pobreza sugere que em tempos de crise é preciso que se reforcem os critérios de apoio às organizações sociais que demonstram, de forma transparente e credível, os resultados sobre as formas de intervenção do assistente social na organização.

A intervenção profissional do assistente social pode ser caracterizada pelo atendimento às demandas e necessidades sociais de seus beneficiários, que podem

produzir resultados concretos, tanto nas dimensões materiais, quanto nas sociais, políticas e culturais da vida da população, viabilizando o seu acesso às comunidades.

Para além deste caminho contínuo é importante, ainda, sublinhar que de acordo com os métodos tradicionais do serviço social – individual/familiar; grupal e comunitário – identificam-se diferentes modelos de intervenção, a citar:

1. Questão Social e Serviço Social – o conceito de questão social está relacionado com o sistema capitalista de produção, ou seja, a forma como a riqueza numa sociedade é produzida e repartida. Assim, deve-se evitar métodos que se confundam com o capitalismo, pois este dá origem à muitas desigualdades sociais, uma área vital de intervenção do Serviço Social.

2. Projecto de intervenção na área de Serviço Social - os projetos de intervenção social são actividades realizadas numa realidade social a partir de um problema. A acção pode ser realizada nos campos da educação, assistência social, saúde e diversas áreas que têm como principal característica o envolvimento dos sujeitos nos processos de intervenção.

Intervenção individual com famílias - actuando com famílias, o trabalho na perspectiva socioeducativa funciona na óptica dos direitos sociais das mesmas, onde objetiva-se a incidência de sujeitos de direitos, e também o

tratamento de suas fragilidades, qualidade de vida, fortalecimento das relações internas, visando sempre à emancipação da família em prol da melhoria da sua condição social e da comunidade no geral.

Em resumo: Em tempos de crise, é preciso apoiar organizações que sabem elaborar e concretizar projectos sociais ajustados a esse momento. Estas organizações sociais que trabalham sem fins lucrativos, tal como a nossa, têm o dever de conhecer e fazer valer a importância de um projeto de intervenção comunitário. Um projecto de intervenção comunitária parte do pressuposto que temos um problema que precisa de solução (intervenção positiva), seja ao nível individual ou colectivo.

É preciso notar que falar e prever a necessidade de fazer intervenção obriga a uma organização credível sair do lugar comum de acomodação à situação quotidiana, vivenciada no espaço de trabalho. Por isso é que continuamos a realizar os Fóruns. Iniciamos e continuamos a trabalhar em condições de extrema necessidade para suprir as necessidades que advém do projecto de âmbito nacional.

Mas, estamos ansiosos de que as nossas perspectivas, que se traduzem nos vários debates em torno da Acção Humanitária e Responsabilidade Social, culminem não só no conhecimento sobre a matéria, mas também na sua

materialização. Então, bem-haja o governo do distrito de Inhassoro, bem-haja a Rádio Moçambique, bem-haja a UniRovuma e parceiros e bem-haja a Seta, a Editora Khanhissa e os nossos vários oradores.

Outras marcas do Fórum

No II Fórum sobre Acção Humanitária e Responsabilidade Social foram constituídos três painéis, sendo o primeiro referente à *Acção Humanitária, Responsabilidade Social e seu Impacto nas Comunidades; Recursos Naturais, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Local; e Actores Sociais e seu Papel na Promoção da Acção Humanitária e Responsabilidade Social.*

Destaca-se, igualmente, a comunicação apresentada pela Prof. Doutora Benigna Zimba, docente e investigadora da Universidade Eduardo Mondlane, a qual se debruçou sobre *O Papel da Mulher no Contexto das Crises Humanitárias em Moçambique.*

Outra figura de destaque igualmente presente no Fórum é o músico e sociólogo Isaú Meneses, que lhe coube apresentar o tema *Estratégias de Coesão Social Face à Implementação de Projectos de Exploração de Recursos Naturais nas Comunidades Locais.*

O próximo Fórum não tem data ainda marcada, nem o local da sua realização, mas aventa-se a possibilidade de ser numa das províncias do centro do País, provavelmente a de Tete.

Discussão do Plano Estratégico da UniRovuma entra na fase derradeira

A Universidade Rovuma (UniRovuma) reuniu, na cidade de Nampula, diferentes individualidades, entre colectivas e singulares, para auscultar as suas opiniões com vista ao enriquecimento do Plano Estratégico desenhado por esta instituição de ensino superior para os próximos 10 anos.



O Plano Estratégico da UniRovuma (PEUR) está a ser elaborado para um horizonte temporal de uma década (2022-2032), incorporando-se nele importantes pilares, como, por exemplo, infraestruturas, recursos humanos (docentes e funcionários), entre outros que possam reflectir os anseios institucionais, em particular, e dos locais onde ela está implantada, em geral.

Falando na abertura do seminário de um dia, o Secretário de Estado da província de Nampula, Mety Oreste Gondola, afirmou que o PEUR deve ser elaborado tendo em

conta a realidade local, não querendo, com isso, significar que o mesmo não olhe para o País como um todo.

Ao elaborarmos o Plano Estratégico da nossa Universidade temos que ter em consideração ao que a Universidade Rovuma representa para a nossa província, em primeiro lugar, e para o País inteiro, pois o que almejamos é que ela tenha uma actuação ampla, incluindo fora das fronteiras do próprio País, acrescentou Mety Gondola.

Para Mety Gondola, a satisfação da população da província de

Nampula, em particular, e de Moçambique, em geral, sobre o bom funcionamento da UniRovuma nos próximos 10 anos dependerá do grau de sinceridade que tiverem os grupos sociais convidados pela Universidade para a ajudarem na elaboração do seu Plano Estratégico.

Ele disse, mais adiante, que a UniRovuma não deve perder de vista o contexto e a realidade em que a instituição está inserida e que, por via disso, é importante que se acautelem alguns pressupostos que possam obstruir as boas intenções desta instituição de ensino superior.

O Secretário de Estado apontou o terrorismo que se implantou na província nortenha de Cabo Delgado desde 2017, com tendência de se estender para o sul e oeste daquela região, e as mudanças climáticas cíclicas, que nos últimos anos têm sido constantes e fustigado Moçambique de forma severa.

Por sua vez, a Vice-reitora da Universidade Rovuma, Prof. Catedrática Sarifa Fagilde, disse que a elaboração do PEUR é um processo participativo com o objectivo de realizar a missão da Universidade e de dar seguimento a visão do futuro, promovendo uma ampla reflexão sobre o que deve nortear as actividades académicas e administrativas, o que resultará na proposição de medidas para o aperfeiçoamento institucional.

Este Plano estratégico não constitui uma ruptura com o caminho que temos vindo a seguir, disse a Vice-reitora, acrescentando que **ele parte das nossas aspirações e dos notáveis resultados alcançados anteriormente para projectar novas linhas de desenvolvimento e explorar**

novas oportunidades.

A Prof. Catedrática Sarifa Fagilde sublinhou que a UniRovuma concebeu este plano para garantir que as acções e estratégias previstas possam contribuir para o desenvolvimento económico e social do País, a partir do conhecimento que se deve ter a nível local.

Estamos alinhados com as diferentes sensibilidades

O director da Planificação e Desenvolvimento Institucional da UniRovuma, Prof. Doutor José Baptista, reconheceu, no mesmo encontro, que as contribuições das diferentes sensibilidades convidadas para dar o seu contributo ao PEUR vão ao encontro àquilo que é a aspiração da instituição.

A auscultação das contribuições de sectores externos à UniRovuma iniciou na cidade portuária de Nacala, devendo, nos próximos dias, estender-se às províncias de Cabo Delgado – Montepuez - e Niassa – Lichinga -, onde a instituição tem as suas Extensões. **Os encontros que estamos a realizar envolvendo essas**

personalidades, quer colectivas quanto privadas, permitem-nos acomodar os interesses das unidades académicas e faculdades, e estamos satisfeitos com isso, asseverou o director da Planificação e Desenvolvimento Institucional.

Por outro lado, um dos pontos levantados no encontro realizado no Centro Cultural, em Nampula, foi a introdução de Teologia nos curricula da UniRovuma, um ponto de vista apresentado por um líder da religião islâmica.

Quanto a este propósito, José Baptista comentou nos seguintes termos: **foi uma opinião pessoal; o nosso perfil é técnico e não teológico, contudo, existem outras instituições de ensino onde são ministrados conhecimentos teológicos.**

Com as auscultações externas em curso, a elaboração do Plano Estratégico da Universidade Rovuma caminha para recta final, e depois da sua finalização será submetido ao Conselho Universitário da Universidade Rovuma (COUR) para possível aprovação e publicação.

**PREVINA-SE DO
CORONAVÍRUS
USE MÁSCARA.
SALVE VIDAS**



A Universidade Rovuma incentiva Feira de Emprego e Empreendedorismo

A Universidade Rovuma acolheu, em finais de Julho, a Feira de Emprego e Empreendedorismo promovida pelo BNBC, uma agência privada de emprego, com o apoio da Helvetas Moçambique e em parceria com esta instituição de ensino superior, a INEP e LEPO, esta última uma outra organização não-governamental a desenvolver suas actividades em Nampula.



A feira teve lugar no Centro Cultural da Universidade Rovuma e contou com a presença do Secretário de Estado na província de Nampula e diversas individualidades locais, instituições de ensino superior, sector privado, estudantes e outros interessados.

Estiveram expostos na Feira de Emprego e Empreendedorismo vários produtos, serviços, promoção de vagas, como também estratégias de recrutamento e seleção. Participaram, igualmente,

na Feira jovens expositores de vários distritos da província de Nampula com diversos produtos para expor.

A Feira teve como objectivo a divulgação de alguns produtos, serviços e oportunidades de emprego para jovens.

Falando na ocasião, o Secretário de Estado, Mety Oreste Gondola, visitou as exposições e mostrou-se satisfeito com esse feito, afirmando que muitas vezes as grandes ideias e empresas

começam com a exposição e apresentação dos seus produtos. Segundo ele, o governo está aberto para apoiar os jovens empreendedores, prometendo que vai trabalhar com o Município de Nampula de modo a encontrar um espaço para os jovens empreendedores poderem expor os seus produtos.

Por seu turno, o Prof. Doutor José dos Santos Baptista, que estava a representar o Magnífico Reitor da UniRovuma, afirmou que a instituição está disponível a

prestar todo o apoio possível aos organizadores do evento, tendo os encorajado a realizarem outros similares nestas instalações.

A Universidade Rovuma também participou na Feira de Empreendedorismo, tendo realizado *workshops* sobre a

elaboração de *Curriculum Vitae*, vulgo CV, Carta de Apresentação e entrevistas profissionais.

A Universidade Rovuma capacita docentes e quadros de laboratório

Quadros docentes e de laboratório da Universidade Rovuma (UniRovuma) beneficiaram, recentemente, de uma capacitação para aperfeiçoarem as técnicas de elaboração de trabalhos de culminação de curso, por um lado, e de análise de nutrientes em alimentos, por outro.

A capacitação decorreu no Anfiteatro do Campus Universitário de Napipine, na cidade de Nampula, contando com a presença de cerca de 25 pessoas, entre docentes e técnicos das Faculdades de Ciências Naturais, Matemática e Estatística e das Ciências Alimentares e Agrárias. Falando na abertura da capacitação, o director-adjunto Académico, Prof. Doutor

Fernando João Alberto, afirmou que a capacitação visava o aperfeiçoamento de técnicas para ajudar aos envolvidos no melhoramento de trabalhos académicos, concretamente monografias e dissertações.

A fonte acrescentou que a mesma tinha em vista a dotar os docentes de meios que os leve a incentivar os estudantes a trabalharem com afinco em pesquisas que possam

ser publicadas em revistas internas ou externas à UniRovuma.

Uma das revistas apontadas pelo Prof. Fernando Alberto e onde os estudantes podem publicar os seus artigos científicos é a SUWELANI, criada na vigência da extinta Universidade Pedagógica – Delegação de Nampula.

Importa referir que técnicos da Universidade Lúrio (UniLúrio) participaram, igualmente, no encontro a convite da UniRovuma.



Mulher e Ciência: Status e Desafios Sócio – Culturais**



Vamos conversar à volta do tema Mulher e Ciência, um tema que me tem interessado desde há alguns anos atrás, com particular ênfase quando em Dezembro de 2017, vi um breve resumo da minha biografia publicada no livro *“Women in Science: Inspiring Stories from África”*, pela Academia de Ciências de África. Um livro que surgiu tendo em conta a situação da mulher, no concernente à Ciência, particularmente no continente Africano. Veio-me ao de cima a questão: se posso servir de inspiração às raparigas e às outras mulheres, o que posso fazer mais para contribuir para a reversão desta situação? Isto motivou-me a, paralelamente, enveredar pela pesquisa a volta dos assuntos atinentes à melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem da Matemática e aos aspectos relacionados com a mulher e a ciência. E, por isso, nesta comunicação abordamos a questão do Status e dos Desafios Sócio - Culturais na relação Mulher e Ciência.

Para melhor entendermos os desafios socioculturais, naturalmente que se torna

necessário conhecer o Status da Mulher. Status considerado, aqui, como posição Social. Isto permitir-nos-á entender a forma como interagimos uns com os outros nos aspectos atinentes à M&C.

Para isso temos de entender a sociedade em que vivemos, uma sociedade baseada em hierarquias e “sistemas de status”. Temos de saber onde estamos na hierarquia social e a que podemos aspirar. Se não optamos por viver fora da sociedade, todos nós precisamos de reconhecimento, de gratidão e de atenção de outras pessoas. Somos seres sociais e necessitamos de sentir que somos importantes e reconhecida(o)s pelos outros. Portanto, Status pode ser visto também como o reconhecimento do valor de um indivíduo por outras pessoas.

Várias vezes as dificuldades são relacionadas com o Status. Por exemplo, algumas mulheres sentiram que tinham de enfrentar a hostilidade e o desprezo, ao fazerem exposições perante grupos de homens e que por serem mulheres eram consideradas de status baixo.

A mulher tem uma necessidade identicamente tão forte como o homem de ser influente e alcançar

os seus objectivos. Ela tem os instintos necessários para sobreviver e avançar. Porém, os estereótipos de papéis acabam afectando a forma como mulheres e homens se comportam na busca dos seus objectivos. Philipa Davies, no seu livro *Como desenvolver o seu status tanto profissional como pessoalmente*, destaca que “em geral, as mulheres, os negros e os deficientes ainda se deparam com preconceito e categorização como sendo de “baixo status” mais do que o indivíduo do sexo masculino, branco, fisicamente normal e heterossexual”. A mulher aceitando este posicionamento, naturalmente que se posicionará num certo comodismo e aceitará que não pode ter os mesmos objectivos que o homem, o que a colocará numa posição de inferioridade.

Qual o status da mulher quando olhamos para a ciência? Qual o reconhecimento da mulher na ciência pelas outras pessoas? Consideremos uma breve retrospectiva sobre as imagens produzidas social e culturalmente no processo histórico. Rodrigues, num artigo intitulado a “importância da mulher”, mostra a associação da imagem da mulher a

funções domésticas: “a mulher era um ser destinado à procriação, ao lar, para agradar o outro. Durante o desenvolvimento das sociedades, a história regista a discriminação homem-mulher, principalmente em relação à educação. Ao atribuir aos homens a condição de donos do saber e às mulheres o papel feminino, subordinado ideologicamente ao poder masculino, a história vem salientar as desigualdades”.

Segundo os padrões culturais, as concepções e as expectativas sociais, em particular no contexto africano, a mulher fora vista sempre como sendo a gestora de assuntos domésticos. O espaço e o lugar da mulher pareciam estar predestinados e determinados para o campo da gestão doméstica e menos para os espaços tais como de decisão, liderança, educação formal, ensino e produção de conhecimento.

E esta visão contribui para que a representatividade da mulher em aspectos relacionados com a ciência seja baixa, situação essa que não é somente referente ao continente africano ou à Moçambique.

Alguns exemplos podem ser destacados:

Na América Latina existia, em 2001, um certo equilíbrio relativamente ao género na Argentina, Paraguai e Uruguai, contudo, a participação da mulher em pesquisa cifrava-se apenas nos 20%, e em nenhum dos países se atingia os 50%, quanto a mulheres cientistas (pesquisadoras de

diferentes áreas, incluindo Ciências Sociais, Humanidades e Letras).

O relatório “Decifrar o código: educação de meninas e mulheres em Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática” indica que a paridade de género foi atingida na educação primária mundial, mas que dos estudantes no ensino superior dos diversos países apenas 30% escolheram áreas de estudo relacionadas com as CTEM; que as matrículas são mais baixas em Tecnologias de Informação e Comunicação (3%); Ciências Naturais, Matemática e Estatística (5%) e Engenharia, Produção Industrial e Construção (8%).

No Brasil, é visível o crescimento da participação da mulher na educação superior nas diversas áreas do conhecimento, mas o desafio da mudança do paradigma que evoca a tradicional divisão sexual do trabalho continua. As mulheres estão concentradas em determinadas áreas do conhecimento. Em cursos de Terapia Ocupacional, Nutrição e Serviço Social, em 2010, contavam com 90% de mulheres e em cursos relacionados com Tecnologias e Engenharias contavam com uma situação totalmente inversa: mais de 90% de homens.

No nosso país, existe consenso de que a representatividade da mulher em áreas de Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemática (CTEM) é baixa. Devido a esta constatação, no então Ministério da Ciência e

Tecnologia, ao desenhar a estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação de Moçambique (ECTIM), 2006-2016, foi destacada a necessidade de encorajamento às raparigas para optarem pela área de ciências no ensino secundário como forma de mais mulheres poderem frequentar cursos de ciências no ensino superior e, assim, o número de mulheres ser acrescido nas áreas de Ciências e Tecnologias.

Continuamente, esforços têm sido encetados para reversão do estágio, mas apesar desses esforços, das iniciativas em curso o desequilíbrio de género na ciência prevalece.

Em 2012, apenas 0.5% de moçambicanos se encontravam no ensino superior, dos quais 60.5% eram homens e 39.5% mulheres. A situação mostra-se mais crítica se olharmos para as percentagens de mulheres em cursos de Engenharias, onde até 2012 a percentagem máxima de mulheres que ingressaram nesta área foi de 19.1%.

No Anuário Estatístico de 2016, (Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional) foram apresentados dados referentes ao ensino público, com os seguintes indicadores:

i) Ciências, com uma taxa de ingresso de apenas 24% de mulheres em 2015, correspondente a 1951 mulheres de um total de 8116 e de 27% de mulheres em 2016, correspondente a 2419 mulheres de um total de 8931;

ii) Engenharia de Indústria e Construção, com uma taxa de ingresso de simplesmente 18% de mulheres em 2015, correspondente a 2940 de um total de 16006, e de 19% de mulheres em 2016, correspondente a 2809 de um total de 14739.

Os mesmos indicadores foram tidos em conta no concernente às taxas de graduação, onde a situação não difere muito.

i) Ciências em ambos os anos, 2015 e 2016, 24%, correspondentes a 95 mulheres de um total de 389 e 130 de um total de 538, respectivamente;

ii) Engenharia, Indústria e Construção, 19% e 20%, correspondentes a 152 mulheres de um total de 775 e 235 mulheres num total de 1144, respectivamente.

A presente situação leva-nos a busca de novas reflexões, na tentativa de encontrar aspectos que, de algum modo, norteiam o paradigma actual para que possam ser vistos como desafios, no objectivo da construção de um mundo em que a mulher seja associada à ciência, naturalmente, sem interferência de crenças ou preconceitos e o desenvolvimento de uma visão do mundo, no qual isso seja possível e isto vem associado a aspectos socioculturais.

O ser humano nasce e desenvolve-se dentro de uma determinada sociedade e cultura. A maneira como as pessoas vivem, se relacionam, se comportam, o modo como fazem as coisas; o

modo e as tendências de tomar decisões em termos de escolhas sociais e profissionais, todo este processo é determinado e recebe, de alguma forma, influências da cultura. A própria mente é moldada de acordo com a cultura local.

A cultura é um meio poderoso que não só formata a mente das pessoas colocando limites e impondo regras, mas também lhes condiciona na tomada de decisões existenciais. Lévi-Strauss, ao abordar a questão da natureza e cultura, mostra que "em toda parte onde se manifesta uma regra podemos ter certeza de estar numa etapa da cultura".

Dentro da cosmovisão de cada povo existe aquilo que podemos chamar de paradigmas culturais que governam a mente das pessoas; paradigmas culturais que influenciam a maneira de ver a realidade e, conseqüentemente, na tomada de decisões. Certos paradigmas culturais não contribuem para o desenvolvimento das pessoas, pelo contrário, torna-as submissas e míopes em relação à uma visão de futuro, sobretudo aqueles paradigmas que compartimentalizam as actividades de acordo com o gênero. Nesses paradigmas destacam-se crenças tais como:

- A Ciência é um campo de domínio masculino;
- A Ciência e a Tecnologia são construções predominantemente masculinas;
- A mulher não foi feita para a

Matemática,

- A mulher que abraça a carreira científica, a qual é essencialmente reservada para o homem, acaba sendo péssima em aspectos de família;
- A mulher serve para cuidar de machambas;
- A tarefa fundamental da mulher é cuidar da casa e das crianças; entre outras.

Entendemos, perfeitamente, que estas visões são, de certa forma, alimentadas com um olhar de base que procede da cultura. Portanto, a superação de certos paradigmas sócio - profissionais passa, necessariamente, pela superação de paradigmas socioculturais que sectorizam claramente os espaços e o lugar de actuação do gênero.

Outros aspectos ligados a cultura são os ritos de iniciação que, se por um lado transmitem conhecimentos importantes para a inserção na sociedade, por outro, despertam nas jovens a vontade de pôr em prática os conhecimentos adquiridos, parte dos quais, os relacionados com aspectos da sexualidade, são muitas vezes as causas das gravidezes precoces e de casamentos prematuros. Estes dois aspectos passam, naturalmente, a constituir barreira para a progressão nos estudos e, de forma não directa, delimitam a possibilidade de um aumento de mulheres na ciência.

O lobolo, o casamento tradicional, um costume cultivado no Sul de Moçambique, onde, eu diria, a mulher é "tratada como um objecto de compra", pois, segundo

esta tradição, a família da noiva recebe dinheiro e outros bens pela perda que representa o seu casamento e a ida para outra casa. De algum modo, este costume coloca a mulher a um nível abaixo do homem e, naturalmente, esta colocação poderá servir de inibição para que a mulher abrace determinadas carreiras.

Ora, as nossas mentes, querendo como não, são governadas por essas visões culturais genderizadas, que acabam influenciando nas escolhas, nas orientações vocacionais e profissionais e na tomada de decisões.

Como sabemos a cultura não é estática, mas sim dinâmica e, de igual modo, as visões da realidade que se têm a partir de um ângulo cultural, elas também são dinâmicas, e sendo dinâmicas, não se justifica que em pleno século XXI ainda se perpetuem visões dualistas que predestinam a mulher e o homem para certas escolhas e funções.

Portanto, o tempo em que vivemos podemos chamá-lo de um tempo de Viragem Paradigmática, onde mulheres e homens se recusam a assumir o lugar, as escolhas e funções, aparentemente predestinadas por um viés dualista. Vivemos um tempo em que o avanço tecnológico nos proporciona a possibilidade de:

a) Quebra de paradigmas culturais que predestinam e predefinem o lugar da mulher como sendo o da administração doméstica; e

b) Quebra de paradigmas sócio - profissionais imbuídos de uma visão cultural que sectoriza o lugar da mulher nas organizações.

Os caminhos para a quebra de paradigmas socioculturais e sócio - profissionais não são lineares, pois existem por detrás deles uma construção e visões culturais que pairam de gerações e gerações. São visões culturais que, de certa forma, foram naturalizadas a tal ponto que acabaram condicionando a forma de se pensar as orientações vocacionais do género.

Porém, possam, provavelmente, ser usadas algumas dessas visões, algumas dessas práticas, para sensibilização para futuras práticas inclusivas de género.

Referimo-nos, por exemplo, aos ritos de iniciação.

O momento dos ritos de iniciação deveria ser igualmente o momento de encorajar-se aos neófitos, sobretudo as raparigas, a superarem estereótipos e a saírem da iniciação convictas, não somente de que são mulheres, mas capazes de trazer contributo para a ciência e de que podem, de igual modo, estar profissionalmente nos espaços de predominância masculina através de uma trajectória escolar sólida. Desta forma, superar-se-iam as formas totalizantes de conceber o lugar tanto do homem assim como da mulher na sociedade e nos espaços de produção de conhecimento científico, através de uma união entre educação tradicional e educação formal.

Além disso, quebrados certos paradigmas socioculturais que impedem o avanço da mulher no campo do ensino, ciência e tecnologia, é necessário, de um lado, que a mulher faça um propósito firme no sentido de enveredar pelo caminho da construção de autoconfiança: "sim, eu posso" e acreditar que "as mulheres podem se dar bem... buscando carreiras na ciência e ajudar a fazer a diferença" e, por outro, acreditar que é possível um protagonismo feminino na ciência e tecnologia; acreditar que para além da mulher estar engajada na ciência é possível quebrar e desconstruir mitos socioculturais que lhe predestinavam, rumo a uma equidade de género.

Particularmente para as instituições de ensino em Moçambique, no tocante ao género, o futuro passa, necessariamente, por garantir mais formação e inclusão de género para combater e não perpetuar situações de pobreza; passa por mais participação inclusiva da mulher nos espaços de produção de conhecimento; passa por as próprias mulheres construírem mais confiança de que: "sim, nós podemos"; passa por quebrar paradigmas socioculturais que podem contribuir para a ausência da mulher nos espaços de ciência e tecnologia e de produção de conhecimento.

Estamos convictos de que a mulher pode superar barreiras que lhe são impostas pela cultura de forma crítica através de uma

formação sólida. Para tal, urge a necessidade de inclusão da categoria “género” na planificação de políticas nas Instituições de Ensino Superior (IES) e a implementação dessas mesmas políticas. Para isso, poderiam ser criadas:

- a) Vagas com programas de bolsas de estudo para as mulheres;
- b) Bolsas auxílio cobrindo alojamento e compra de material escolar;
- c) Incentivos tais como a distribuição de kits de material escolar;
- d) Prémios para estudantes com maior desempenho;
- d) Programas de intercâmbio e mobilidade com outros estudantes

em diversas instituições nacionais ou estrangeiras;

e) No fim do curso, existência de vagas garantidas de estágio nas empresas.

Entendemos que, desta forma estaria também garantida a inclusão de raparigas provenientes das zonais rurais.

Portanto, acreditamos que os paradigmas socioculturais e sócio - profissionais podem ser superados à medida que a mulher tomar consciência de que ela pode e é capaz de estar nos espaços de ciência e tecnologia. Tal consciência tem a sua raiz na base, isto é, na família, através de uma conciliação entre a educação formal e a educação tradicional,

pois é no contexto dos ritos de iniciação onde a personalidade começa a ser formatada e a vislumbrarem-se as aspirações do futuro. A vontade não é suficiente para que a mulher tenha acesso e progrida nos espaços de ciência e tecnologia. Junto à vontade é necessário que se enverede pela desconstrução de paradigmas socioculturais e sócio - profissionais e pela construção de políticas públicas de inclusão que garantam a progressão do género sem sobressaltos.

*Prof. Catedrática e Vice-reitora da Universidade Rovuma

**Comunicação apresentada na reunião de reitores das quatro novas universidades realizada em Chimoio

Sintomas

Covid 19

Os sintomas mais comuns do COVID-19 são **febre**, **cansaço**, **tosse seca** e **dificuldade respiratória**. Alguns pacientes podem sentir dores, congestão nasal, prurido no nariz, garganta inflamada ou diarreia. Estes sintomas geralmente são leves e começam gradualmente. Algumas pessoas são infectadas, mas não apresentam sintomas e sentem-se bem. A maioria das pessoas (cerca de 80%) recupera-se da doença sem precisar de tratamento de suporte. Cerca de 1 em cada 6 pessoas infectadas pela COVID-19 fica gravemente doente e desenvolve dificuldades respiratórias. As pessoas idosas e pessoas que têm problemas médicos subjacentes, como pressão alta, problemas cardíacos ou diabetes, têm maior probabilidade de desenvolver doença grave. Cerca de 3.4% das pessoas com a doença morreram. Pessoas com febre, tosse e dificuldades respiratórias devem procurar cuidados médicos.



febre alta



tosse



dor de garganta



dor de cabeça

(Fonte: <https://covid19.ins.gov.mz>)



ENDEREÇOS DA UNIVERSIDADE ROVUMA

REITORIA UniRovuma Sede	Av. Josina Machel, no 256 Caixa Postal: 544 E-mail: secretariageral@unirovuma.ac.mz Campus de Napipine Bairro de Napipine – Nampula Tel.: +258 840731777
UniRovuma Extensão de Cabo Delgado	Campus de N'coripo Caixa Postal: 04 E-mail: unirovuma-cd@unirovuma.ac.mz Cidade de Montepuez Tel.: +258 20030181
UniRovuma Extensão de Niassa	Campus de Nángala Caixa Postal: 04 E-mail: urniassa@unirovuma.ac.mz Cidade de Lichinga Telefax: +258 27121520
UniRovuma Instituto Superior de Transportes, Turismo e Comunicações	Rua do Mercado da cidade alta Prédio Pastoral São Vicente de Paulo E-mail: isttc@unirovuma.ac.mz Nacala-Porto Rádio Watana Pousada do CFM
Centro de Recursos de Pemba	Bairro de Expansão Telefax: +258 27251160 E-mail: cead@unirovuma.ac.mz Cidade de Pemba – Cabo Delgado
Centro de Recursos de Chiúre	Bairro de Cimento Telefax: +258 27251160 E-mail: crchiure@unirovuma.ac.mz Vila de Chiúre – Cabo Delgado
Centro de Recursos de Sanga	Vila-Sede do distrito de Sanga – Km3 Niassa
Centro de Recursos de Marrupa	Bairro de Naigia Vila-Sede do distrito de Marrupa – 3km Niassa
Centro de Recursos de Angoche	Avenida 7 de Abril Bairro Central Cidade de Angoche
 CONTACTOS ÚTEIS	Secretaria Geral 840731777 Direcção de Finanças 840731771 Direcção de Recursos Humanos 840731770 Direcção do Registo Académico 840731768

Identidade Visual Corporativa

Entende-se por **Identidade Corporativa** o conjunto de características que tornam uma Instituição única e expressam sua cultura organizacional. Muito além da estética, o conceito está ligado à missão, visão e valores e como pretende ser vista e compreendida pela sociedade em geral. Nesse sentido, através de elementos visuais a UniRovuma possui os seguintes elementos:

LOGÓTIPO



EMBLEMA



BANDEIRA



MISSÃO

A **Universidade Rovuma** tem como missão formar técnicos superiores com qualidade de modo a que contribuam de forma criativa para um desenvolvimento económico sociocultural sustentável.

VISÃO

A **Universidade Rovuma** pretende ser uma instituição de ensino superior de qualidade e excelência no processo de ensino e aprendizagem e nos serviços de pesquisa e extensão a nível nacional, regional e internacional.

VALORES

- Excelência Académica • Cultura Académica • Liberdade de Pensamento e de expressão
- Autonomia • Internacionalização • Humanismo e Integridade • Igualdade e Equidade
- Reforço da cidadania, do patriotismo, da consciência cívica e ética • Laicidade • Inserção comunitária • Inovação e criatividade



/Universidade-Rovuma



/universidade-rovuma



www.unirovuma.ac.mz

**UNIVERSIDADE ROVUMA**
COMISSÃO CENTRAL DE EXAMES DE ADMISSÃO

Campus de Napipine, Tel.: +258849052376; e-mail: exameadmissao@unirovuma.ac.mz; Nampula - Moçambique

EDITAL

EXAMES DE ADMISSÃO À UNIVERSIDADE ROVUMA

ANO ACADÉMICO 2023

1. CONDIÇÕES BÁSICAS

- 1.1.** Nos termos estabelecidos pela Lei nº27/2009 de 29 de Setembro, que regula a actividade de Ensino Superior, no seu artigo 4 (acesso ao Ensino Superior), torna-se público que irão decorrer Exames de Admissão à **Universidade Rovuma**, para todos os cursos laborais, pós-laborais e à Distância, a abrirem no Ano Académico de 2023.
- 1.2.** Os Exames de Admissão irão decorrer **numa única época, de 17 a 20 de Janeiro de 2023.**
- IMPORTANTE:** Nenhum Exame será realizado fora do período estabelecido no presente Edital. Por consequente a não realização dos exames implica, automaticamente, a não admissão.
- 1.3.** Poderão candidatar-se às provas de Exames de Admissão, os indivíduos que preencham os seguintes requisitos:
- (i) Graduados do Ensino Secundário Geral que tenham concluído a 12ª classe do Sistema Nacional de Educação (SNE);
 - (ii) Graduados habilitados com nível equivalente a 12ª classe do SNE, para continuação dos estudos.
- 1.4.** Aconselha-se que a escolha dos cursos pelos candidatos esteja em concordância com o preceituado no Diploma Ministerial Nº 68/96, de 7 de Agosto, que reformula o Plano de Estudos do 2º Ciclo do Ensino Secundário Geral, instituindo os grupos A, B e C, que constituem a base de acesso aos cursos nas Instituições do Ensino Superior

2. PROCESSO DE CANDIDATURA

- 2.1. Para o ano académico de 2023, a forma de candidatura é exclusivamente **online**.
- 2.1.1. As candidaturas online para os exames de admissão decorrem de **15 de outubro a 12 de Dezembro de 2022**. Para efeito, os candidatos deverão efectuar o cadastro num dos seguintes endereços da Comissão de Exames de Admissão:
- <https://comissao.up.ac.mz>
 - <https://comissaolink2.up.ac.mz> ou o link directo: <https://41.94.18.25>

IMPORTANTE: A Comissão de Exames de Admissão não possui nenhum centro de apoio presencial. Em caso de necessidade, o candidato deverá recorrer o serviço online de **auto-ajuda** disponível na plataforma. Alternativamente, o candidato poderá contactar a Comissão de Exames por e-mail: atendimento.comissao.upm@gmail.com ou por telefone: +258-849002085.

- 2.1.2. O Candidato só pode concorrer a uma das cinco (05) Universidades, onde deverá escolher **APENAS UM CURSO**. Assim, o candidato deverá possuir **ÚNICO CÓDIGO DE CANDIDATO**.
- 2.2. A instrução do processo de candidatura far-se-á mediante a confirmação bancária do pagamento da **inscrição feita online**. O candidato deve pagar o **valor total de 900,00MT** (novecentos meticais), usando obrigatoriamente a **ENTIDADE** e a **REFERÊNCIA** bancária geradas pelo sistema no acto da **pré-inscrição**.

IMPORTANTE: A falta de uso da **ENTIDADE** e a **REFERÊNCIA**, no acto de pagamento, impossibilita a feitura de associação candidato-inscrição. Nesse caso, a Comissão de Exames não se responsabiliza pela validação da inscrição ou reembolso de valores pagos sem a observância das instruções facultadas no presente Edital.

- 2.3. Passos para fazer a inscrição:
- a) Aceda ao portal da Comissão de Exames de Admissão por um dos seguintes sites:
 - <https://comissao.up.ac.mz>
 - <https://comissaolink2.up.ac.mz> ou o link directo: <https://41.94.18.25>
 - b) Efectue o cadastro no sistema, preenchendo os seus dados pessoais e escolhendo as suas credenciais de acesso (**USUÁRIO** E **SENHA**).

IMPORTANTE: Conserve bem o seu **USUARIO** e a sua **SENHA**. A perda dos dados de acesso (**USUÁRIO** e **SENHA**) impossibilita a conclusão do processo de inscrição. A comissão não se responsabiliza pela recuperação de dados de acesso extraviados (**USUÁRIO** e **SENHA**).

- c) Após o cadastro, entre no sistema usando o seu **USUÁRIO** (*Username*) e a sua **SENHA** (*password*) para visualizar os seus dados da candidatura.
- d) Anote cuidadosamente ou imprima a **ENTIDADE** e a **REFERÊNCIA** geradas pelo sistema.

- e) O pagamento deve ser efectuado **EXCLUSIVAMENTE** no **Millenium BIM**. Para o efeito, dirija-se a qualquer **ATM** do **Millenium BIM**, escolha a opção **PAGAMENTOS** e selecione a opção **PAGAMENTOS DE SERVIÇOS**. De seguida, digite **ENTIDADE** e **REFERÊNCIA** e o **VALOR DA INSCRIÇÃO (900,00MT)**.
- f) O pagamento da inscrição pode também ser efectuado através do **IZI, LINHA BIM, BIM – SMS, BIM INTERNET BANKING** ou por **DEPÓSITO DIRECTO** em qualquer **BALCÃO BIM**, usando **ENTIDADE e REFERÊNCIA** recebidas.

IMPORTANTE: Consulte o estado da sua inscrição no sistema ou via plataforma mobile UPKwiK, 72 horas (3 dias uteis) após o pagamento, que deverá estar completa (100%).

Caso não esteja completa (100%), o candidato tem a obrigação de apresentar a sua reclamação por email atendimento.comissao.upm@gmail.com ou por telefone: +258-849002085 (das 9:00 às 16:00 horas) dentro do intervalo de tempo acima citado.

- g) A Comissão de Exames de Admissão não se responsabiliza pelos inconvenientes resultantes de pagamentos efectuados noutra instituição bancária diferente da mencionada na alínea e) do número 2.3.
- h) A Comissão de Exames não se responsabiliza por qualquer acto que resulte do preenchimento incorrecto de dados, quer no sistema, quer no banco. As alterações serão possíveis unicamente antes da confirmação bancária. Após esta fase, para qualquer alteração, será preciso solicitar **uma anulação** e uma **nova inscrição** junto da comissão, o que irá implicar um novo pagamento.
- 2.4. O valor pago para o processo de inscrição não é, em circunstância alguma, reembolsável.
- 2.5. Os candidatos provenientes de **instituições parceiras com convénios** devem, **OBRIGATORIAMENTE**, realizar a inscrição e os exames de admissão.

IMPORTANTE: Todas as consultas (confirmação da inscrição; Horários de Exames, Salas de Exames e Resultados) deverão ser feitas no sistema ou via plataforma mobile UPKwiK. Assim, não será preciso deslocar-se à Universidade para a confirmação da inscrição.

3. PROCESSO DE INSCRIÇÕES

- 3.1. O pagamento da inscrição decorrerá de **15 de Outubro a 12 de Dezembro de 2022**.

IMPORTANTE: Qualquer pagamento efectuado fora deste período não terá efeito na validação da inscrição.

- 3.2. É **imperioso** que o candidato indique claramente, no acto da inscrição, o **Curso**, a **Universidade** e o **Regime** em que pretende estudar **em concordância** com o presente **Edital**.

O não cumprimento estrito desta orientação, por imperativo organizacional, **anula a candidatura.**

3.3. Preenchimento de vagas não cobertas (Repescagem)

Repescagem é um acto de preenchimento de vagas não cobertas por parte de candidatos não admitidos e que tenham manifestado interesse no acto da inscrição.

3.4. No acto da inscrição, o candidato poderá, querendo, indicar o curso para o qual deseja ser redirecionado, em caso de repescagem. Os critérios serão anunciados oportunamente.

3.5. O candidato deve **anotar e reter o CÓDIGO** (cinco dígitos), a si atribuído para efeitos de exame, através do qual será reconhecido como candidato durante o processo de exames de admissão.

3.6. As informações sobre os locais de realização de exames (escolas e salas) serão disponibilizadas na plataforma da Comissão de Exames de Admissão e por via da plataforma mobile UPKwiK, até uma semana antes do arranque dos exames. **É obrigação** do candidato **consultar** a informação e reconhecer o local de realização dos seus exames **até 72 horas** antes da data de realização dos exames.

3.7. **Não serão atendidas** reclamações sobre **nomes, cursos, regimes ou local** de realização dos exames **durante a semana dos exames.**

3.8. Candidatos com necessidades especiais devem fornecer essa informação no campo apropriado do formulário de inscrição.

4. CURSOS, REGIME, VAGAS E DISCIPLINAS DE EXAME

4.1. UNIVERSIDADE ROVUMA -NAMPULA

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS					
Nr.	Cursos	Regime	Vagas	Disciplinas de Exame	Requisito para o Acesso
01	Lic. em Língua Portuguesa	L	40	Português II e Inglês	12A do SNE (ou equivalente)
02	Lic. em Antropologia	L	40	Português II e História	
03	Lic. em História	L	40	Português II e História	
04	Lic. em Ensino de Filosofia	L	40	Português II e Fundamentos de Filosofia	
05	Lic. em Sociologia	L	40	Português II e História	
06	Lic. em Sociologia	PL	60	Português II e História	

07	Lic. em Ensino de Inglês	EaD	75	Português II e Inglês
Subtotal			335	

FACULDADE DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

Nr.	Cursos	Regime	Vagas	Disciplinas de Exame	Requisito para o Acesso
08	Lic. em Pedagogia	L	40	Português I e Biologia	12B do SNE (ou equivalente)
09	Lic. em Psicologia	L	40	Português I e Biologia	
10	Lic. em Educação Física e Desporto	L	40	Aptidão Física e Biologia	
11	Lic. em Gestão do Desporto	PL	60	Matemática e Português I	12 A, B, C do SNE (ou equivalente)
12	Lic. em Psicologia	PL	60	Português I e Biologia	12B do SNE (ou equivalente)
13	Lic. em Ensino Básico	EaD	75	Português I e Biologia	
Subtotal			315		

FACULDADE DE CIÊNCIAS NATURAIS, MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA

Nr.	Cursos	Regime	Vagas	Disciplinas de Exame	Requisito para o Acesso
14	Lic. em Matemática	L	40	Matemática e Física	12B, 12C do SNE (ou equivalente)
15	Lic. em Física	L	40	Matemática e Física	
16	Lic. em Química	L	40	Biologia e Química	
17	Lic. em Ensino de Biologia	L	40	Biologia e Química	
18	Lic. em Estatística e Gestão de Informação	L	40	Matemática e Português I	
19	Lic. em Estatística e Gestão de Informação	PL	60	Matemática e Português I	
20	Lic. em Ensino de Biologia	EaD	75	Biologia e Química	
21	Lic. em Ensino de Física	EaD	75	Matemática e Física	
22	Lic. em Ensino de Matemática	EaD	75	Matemática e Física	
23	Lic. em Ensino de Química	EaD	75	Biologia e Química	
Subtotal			560		

FACULDADE DE ENGENHARIAS E CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS

Nr.	Cursos	Regime	Vagas	Disciplinas de Exame	Requisito para o Acesso
24	Lic. em Engenharia Mecânica	L	40	Matemática e Física	12B, 12C do SNE (ou equivalente)
25	Lic. em Eng. Eléctrica	L	40	Matemática e Física	
26	Lic. em Engenharia de Construção Civil	L	40	Matemática e Física	
27	Lic. em Informática	L	40	Matemática e Física	
28	Lic. em Educação Visual	L	40	Aptidão Desenho e Matemática	12C do SNE (ou equivalente)
29	Lic. em Eng. Eletrónica	L	40	Matemática e Física	12B, 12C do SNE (ou equivalente)
30	Lic. em Eng. Informática	PL	60	Matemática e Física	

31	Lic. em Eng. Eletrônica	PL	60	Matemática e Física
32	Lic. em Informática	PL	60	Matemática e Física
33	Lic. em Informática Aplicada	EaD	75	Matemática e Física
Subtotal			495	

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

Nr.	Cursos	Regime	Vagas	Disciplinas de Exame	Requisito para o Acesso
34	Lic. em Contabilidade e Fiscalidade	L	40	Português I e Matemática	12A, 12B, 12C do SNE (ou equivalente)
35	Lic. em Contabilidade e Fiscalidade	PL	60	Português I e Matemática	
36	Lic. em Gestão de Empresas	PL	60	Português I e Matemática	
37	Lic. em Gestão de Recursos Humanos	PL	60	Português I e Matemática	
Subtotal			220		

FACULDADE DE GEOCIÊNCIAS

Nr.	Cursos	Regime	Vagas	Disciplinas de Exame	Requisito para o Acesso
38	Lic. em Geologia	L	40	Química e Física	12B/C do SNE (ou equivalente)
39	Lic. em Geoprocessamento e Análise de Risco	L	40	Geografia e Português I	12A/B do SNE (ou equivalente)
40	Lic. em Geoprocessamento e Análise de Risco	PL	60	Geografia e Português I	
Subtotal			140		

FACULDADE DE CIÊNCIAS ALIMENTARES E AGRÁRIAS

Nr.	Cursos	Regime	Vagas	Disciplinas de Exame	Requisito para o Acesso
41	Lic. em Tecnologia e Segurança Alimentar (<i>Campus</i> de Namaíta)	L	40	Biologia e Química	12B do SNE (ou equivalente)
42	Lic. em Engenharia Agronómica e Desenvolvimento Rural (<i>Campus</i> de Namaíta)	L	80	Biologia e Química	
43	Lic. em Comércio Agrário (<i>Campus</i> de Namaíta)	L	40	Biologia e Química	
44	Lic. em Comércio Agrário (<i>Campus</i> de Napipine)	PL	60	Biologia e Química	
Subtotal			220		

FACULDADE DE GEOCIÊNCIAS

Nr.	Cursos	Regime	Vagas	Disciplinas de Exame	Requisito para o Acesso
45	Lic. em Direito	L	40	Português II e História	12A do SNE

46	Lic. em Direito	PL	60	Português II e História	(ou equivalente)
Subtotal			100		
TOTAL (NAMPULA)			2385		

4.2. UNIVERSIDADE ROVUMA – INSTITUTO SUPERIOR DE TRANSPORTE, TURISMO E COMUNICAÇÃO - NACALA

INSTITUTO SUPERIOR DE TRANSPORTE, TURISMO E COMUNICAÇÃO - NACALA						
Nr.	Cursos	Regime	Vagas	Disciplinas de Exame	Requisito para o Acesso	
47	Lic. em Gestão de Transporte e Logística	L	8o	Português I e Matemática	12A,12B, 12C do SNE (ou equivalente)	
48	Lic. em Gestão de Empresas	L	4o	Português I e Matemática		
49	Lic. em Informática	L	4o	Matemática e Física		
50	Lic. em Gestão de Transporte e Logística	PL	6o	Português I e Matemática		
51	Lic. Estatística e Gestão de Informação	PL	6o	Matemática e Português I		
52	Lic. em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Comunitário	PL	6o	Português II e Geografia		
53	Lic. em Psicologia Social e das Organizações	PL	6o	Português I e Biologia		
54	Lic. em Informática	PL	6o	Matemática e Física		
55	Lic. em Gestão de Recursos Humanos	PL	6o	Português I e Matemática		
56	Lic. em Sociologia	PL	6o	Português II e História		
Subtotal			58o			
TOTAL (ISTTC – NACALA)			58o			

4.3. UNIVERSIDADE ROVUMA- EXTENSÃO DE NIASA

DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS					
Nr.	Cursos	Regime	Vagas	Disciplinas de Exame	Requisito para o Acesso
01	Lic. em Ensino de Inglês	L	40	Português II e Inglês	12A do SNE (ou equivalente)
02	Lic. em Ensino de Português	L	40	Português II e Inglês	
03	Lic. em Ensino de Inglês	EaD	75	Português II e Inglês	
Subtotal			155		

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA					
Nr.	Cursos	Regime	Vagas	Disciplinas de Exame	Requisito para o Acesso
04	Lic. em Ensino Básico	EaD	75	Português I e Biologia	12B do SNE

		(ou equivalente)
Subtotal	75	

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E MATEMÁTICA

Nr.	Cursos	Regime	Vagas	Disciplinas de Exame	Requisito para o Acesso
05	Lic. em Ensino de Biologia	L	40	Biologia e Química	12B, 12C do SNE (ou equivalente)
06	Lic. em Ensino de Química	L	40	Biologia e Química	
07	Lic. em Ensino de Matemática	L	40	Biologia e Química	
08	Lic. em Ensino de Biologia	EaD	75	Biologia e Química	
09	Lic. em Ensino de Química	EaD	75	Biologia e Química	
10	Lic. em Ensino de Matemática	EaD	75	Matemática e Física	12B do SNE (ou equivalente)
Subtotal			345		

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

Nr.	Cursos	Regime	Vagas	Disciplinas de Exame	Requisito para o Acesso
11	Lic. em Geografia Aplicada a Gestão de Território	L	40	Português II e Geografia	12ª/B do SNE (ou equivalente)
12	Lic. em Gestão de Ambiente e Território	PL	60	Português II e Geografia	
Subtotal			100		

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

Nr.	Cursos	Regime	Vagas	Disciplinas de Exame	Requisito para o Acesso
13	Lic. em Contabilidade e Fiscalidade	L	40	Português I e Matemática	12A, 12B, 12C do SNE (ou equivalente)
14	Lic. em Contabilidade e Fiscalidade	PL	60	Português I e Matemática	
Subtotal			100		

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ALIMENTARES E AGRÁRIAS

Nr.	Cursos	Regime	Vagas	Disciplinas de Exame	Requisito para o Acesso
05	Lic. em Produção e Sanidade Animal	L	40	Biologia e Química	12B do SNE (ou equivalente)
Subtotal			40		
TOTAL (UNIROVUMA – EXTENSÃO DE NIASSA)			815		

4.4. UNIVERSIDADE ROVUMA- EXTENSÃO DE CABO DELGADO

DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Nr.	Cursos	Regime	Vagas	Disciplinas de Exame	Requisito para o Acesso
01	Lic. em Ensino de Filosofia	L	40	Português II e Fundamentos de Filosofia	12A do SNE (ou equivalente)
02	Lic. em Ensino de Inglês	L	40	Português II e Inglês	
03	Lic. em Ensino de Inglês	EaD	75	Português II e Inglês	
Subtotal			155		

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

Nr.	Cursos	Regime	Vagas	Disciplinas de Exame	Requisito para o Acesso
04	Lic. em Psicologia Social e das Organizações	L	40	Português I e Biologia	12B do SNE (ou equivalente)
05	Lic. em Ensino Básico	L	40	Português I e Biologia	
06	Lic. em Ensino Básico	EaD	75	Português I e Biologia	
Subtotal			155		

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E MATEMÁTICA

Nr.	Cursos	Regime	Vagas	Disciplinas de Exame	Requisito para o Acesso
07	Lic. em Ensino de Matemática	L	40	Matemática e Física	12B, 12C do SNE (ou equivalente)
08	Lic. em Ensino de Matemática	EaD	75	Matemática e Física	
09	Lic. em Ensino de Química	L	40	Biologia e Química	
10	Lic. em Ensino de Química	EaD	75	Biologia e Química	
11	Lic. em Ensino de Biologia	L	40	Biologia e Química	
12	Lic. em Estatística e Gestão de Informação (<i>Campus</i> de Pemba)	PL	60	Matemática e Português I	
Subtotal			330		

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ALIMENTARES E AGRÁRIAS

Nr.	Cursos	Regime	Vagas	Disciplinas de Exame	Requisito para o Acesso
13	Lic. em Engenharia Agronómica e Desenvolvimento Rural	L	40	Biologia e Química	12B do SNE (ou equivalente)
14	Lic. em Ciências Alimentares (Campus de Pemba)	PL	60	Biologia e Química	
Subtotal			100		

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

Nr.	Cursos	Regime	Vagas	Disciplinas de Exame	Requisito para o Acesso
15	Lic. Gestão Ambiental e Desenvolvimento Comunitário	PL	60	Português II e Geografia	12B do SNE (ou equivalente)
16	Lic. em Gestão do Ambiente e do Território	L	40	Português II e Geografia	
17	Lic. em Ensino de Geografia	L	40	Geografia e História	12A do SNE (ou equivalente)
Subtotal			140		

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

Nr.	Cursos	Regime	Vagas	Disciplinas de Exame	Requisito para o Acesso
18	Lic. em Contabilidade (<i>Campus de Pemba</i>)	L	40	Português I e Matemática	12A, 12B, 12C do SNE (ou equivalente)
19	Lic. em Contabilidade (<i>Campus de Pemba</i>)	PL	60	Português I e Matemática	
20	Lic. em Gestão de Recursos Humanos (<i>Campus de Pemba</i>)	L	40	Português I e Matemática	
Subtotal			140		
TOTAL (UNIROVUMA- EXTENSÃO DE CABO DELGADO)			1020		

RESUMO DE VAGAS

Nº	Local	Vagas
I	Nampula	2385
II	Nacala	580
III	Niassa	815
IV	Cabo Delgado	1020
TOTAL		4800

5. PROCESSO DE REALIZAÇÃO DOS EXAMES

5.1. Não Será permitida a realização de exames fora do local (escola e sala) previamente indicado nas plataformas.

5.2. Os Exames de Admissão obedecerão ao seguinte Calendário:

Data	Disciplina	Hora
Terça – Feita 17/01/2023	Aptidão Física	08:00
	Aptidão em Desenho	08:00
	Fundamentos de Filosofia	08:00

	Geografia	10:30
	Química	14:00
Quarta – Feira 18/01/2023	Inglês	08:00
	Matemática	10:30
Quinta – Feira 19/01/2023	Frances	08:00
	Física	08:00
	Biologia	10:30
	História	14:00
Sexta – Feira 20/01/2023	Português I	08:00
	Português II	10:30

Obs.: Para a realização do exame de Aptidão Física é obrigatória a apresentação **de um atestado de saúde, passado pelo Centro de Profilaxia e Exames Médicos.**

5.3. No dia do exame, é obrigatório trazer consigo o Bilhete de Identidade ou um documento válido com fotografia actual.

5.4. Os Candidatos devem apresentar-se nas respectivas salas de exame **45 minutos antes** do início do exame, **munidos de um documento de identificação válido, que contenha uma fotografia. Não é permitida a entrada do candidato na sala de exame 20 minutos após início do exame.**

5.5. Na realização dos exames, dever-se-á usar de preferência um lápis de carvão HP. Pode-se usar também uma esferográfica preta ou azul.

5.6. Nos locais de realização de exames, não é permitido o uso de **esferográfica vermelha, corrector, dicionário, dispositivos electrónicos (máquina de calcular, telemóvel/smartphone, relógios inteligentes e outros).**

5.7. Na sala de exames, **não é permitida** a entrada de candidatos munidos de itens mencionados no número 5.6.

5.8. Os exames de admissão serão de **escolha múltipla**, com excepção dos exames de Aptidão Física e Aptidão de Desenho. Para o exame de Aptidão Física, as instruções para a sua realização serão antecipadamente afixadas no local de exame.

6. RECLAMAÇÕES

Reclamações que derivem de erros cometidos pelos candidatos quer por incumprimento das normas emanadas neste processo de exames quer por inobservância dos prazos estabelecidos no presente Edital não serão atendidas.

7. ESCLARECIMENTOS

A Comissão de Exames de Admissão não possui nenhum centro de apoio presencial. Para qualquer esclarecimento adicional a Comissão de Exames pelos contactos abaixo:

- E-mail atendimento.comissao.upm@gmail.com
- Telefone: +258-849002085 (das 9:00 às 16:00 horas).

8. PUBLICAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados dos exames de admissão serão consultados no portal da Comissão de Exames de Admissão (comissao.up.ac.mz) e na plataforma mobile UPKwiK, usando o código do candidato.

9. REVISÃO DE EXAMES E RECLAMAÇÕES

9.1. Os pedidos de revisão de exames serão realizados na Comissão de Exames de Admissão da Universidade na qual se candidatou. A taxa de revisão é de 1.000,00 (mil meticais), por exame.

9.2. O prazo de apresentação dos pedidos de revisão de exames é de 48 horas após a publicação dos resultados.

IMPORTANTE: Reclamações que derivem de erros cometidos pelos candidatos, por mau preenchimento do código pessoal, da disciplina de exame ou realização de exames fora das salas indicadas, não serão atendidas.

10. PROPINAS

A frequência dos cursos **Pós-Laborais** e de **Ensino à Distância** está sujeita ao pagamento de uma propina mensal.

11. CURSOS DE LICENCIATURA NA MODALIDADE EaD

Para ter sucesso nesta modalidade, é imperioso que o candidato tenha conhecimento de informática na óptica de utilizador e que tenha acesso aos recursos computacionais (Computador, *Tablet* ou *Smartphone*).

Aos candidatos admitidos, é obrigatório a participação na formação inicial, de uma semana, sobre o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). A formação inclui actividades presenciais aos sábados e domingos e actividades à distância no AVA.

12. MATRÍCULAS, INSCRIÇÕES E BOLSAS

- 12.1.** As matrículas decorrerão de acordo com o calendário académico a ser publicado oportunamente.
- 12.2.** não será autorizada a matrícula de candidatos que preencham os requisitos de acesso prescritos no presente Edital ou que seus exames tenham sido considerados nulos.
- 12.3.** Oportunamente será divulgado o Edital específico sobre propinas e bolsas;
- 12.4.** A abertura de um curso depende no *numerus clausus*, ou seja, o curso que não reunir o número de candidatos indicados não será oferecido. Os resultados de repescagem serão divulgados juntamente com os resultados de apuramento quando for aplicável. No entanto, caso ainda existam vagas disponíveis após a realização de matrículas dos candidatos admitidos e suplentes, uma segunda vaga de repescagem poderá ser realizada com base na manifestação de interesse feita no acto da candidatura.
- 12.5.** O prazo limite de entrega de certificados da 12ª classe ou equivalente é de 90 dias contados a partir da data de início das matrículas.

13. ADVERTÊNCIA

Falsas declarações, apresentação de documentos falsos, casos de fraude ocorridos durante a realização dos exames de admissão ou qualquer tipo de irregularidades imputável ao candidato são passíveis de sanções que vão desde a anulação automática da candidatura, anulação do exame, até a interdição de ingresso nas universidades a que se refere o presente edital e noutros estabelecimentos de ensino, sejam de direito publico ou privado, por um período de 3 anos, segundo o preceituado no nº 1 do artigo 36º da Lei nº 6/92 de 6 de Maio .

Nampula, 30 de Setembro de 2022

O Coordenador

Prof. Doutor Adelino Inácio Assane
(Professor Auxiliar)